

À Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
À comissão de Licitação na Figura da Sra. Pregoeira
Pregão presencial N° 110/2021
Processo N°8883/2021
Data 15/12/2021
Horário:10h

DUC GÁS EQUIPAMENTOS DE SOLDAS LTDA, CNPJ 36.461.952/0001-50, com endereço à Av. Perimetral Presidente DR Juscelino Kubitschek de Oliveira, n° 525, DR Laureano, Duque de Caxias - RJ, CEP 25060-200, vem, com fulcro no art. 41, § 2o da lei no 8.666/93 c.c. art. 18 do Dec. 5.450/05 e do item 24.2do presente edital, apresentar a sua

IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O que faz consubstanciado nas razões de direito que passa aduzir:

DOS FATOS: A prefeitura de Nova Friburgo abriu processo licitatório para futura e eventual aquisição de gases Óxido Nitroso Líquido e Nitrogênio gasoso, para atender as necessidades do hospital Municipal Raul Sertão, por período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERENCIA-ANEXO 1 deste edital.

Ocorre que o edital está omissivo em vários pontos com os quais deveria se pronunciar expressamente.

O caráter competitivo da licitação, conforme se demonstrará em item próprio. O item 16 Habilitação, não consta em nenhum subitem solicitação de documentos necessários contidos em leis específicas para o legal funcionamento das empresas que fabricam, comercializam, distribuem e armazenam produtos perigosos.

Das Leis Específicas que Regulamentam o Setor

O comércio, a produção, o enchimento, a armazenagem e o transporte dos gases hospitalares objeto do presente edital são regulamentados por leis setoriais específicas as quais foram ignoradas no edital. Tais leis garantem a qualidade dos produtos ofertados, assim como de todo o serviço que vier a ser prestado. Sua desatenção, além de ser ilegal, coloca em risco a saúde da população e a segurança da operação, haja vista a probabilidade de ocorrerem acidentes, como explosões que, por óbvio, coloca em risco a continuidade do serviço público e o próprio interesse público de ter uma contratação eficiente.

A lei no 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo decreto estadual do Rio de Janeiro, no 44.820/14 e mais recentemente o Decreto lei estadual 46890/2019 determina que todo empreendimento cujo impacto ambiental seja classificado como significativo, estão sujeitos ao licenciamento ambiental.

Licença de Transporte Perigosos

Regulamentada pela Resolução no 420 da ANTT retificada pela lei 5232/2016, pelo Decreto 44820/2014 e Decreto Estadual 46890/2019 exigências esta que, também, está ausente do edital.

O edital também foi omissos com relação às exigências contidas nas Resoluções no 122 e 254 do Conselho Regional de Química, do qual preveem o registro das empresas no CRQ e dispõe sobre a responsabilidade técnica de firmas ou entidades que produzem, fabricam, comercializam, forneçam, transportam, distribuam produtos químicos, produtos industriais, insumos da área da química e prestam serviços de natureza químico.

Por final o instrumento convocatório também foi silente com relação a comprovação de registro no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recurso ambientais, exigência estabelecida pela lei no 6.938/81, no seu art. 9º, XII, e 17, II. Tais omissões permitem a contratação de sociedade empresária que não possui condições técnicas e legais para a comercialização dos gases medicinais, violando, dessa forma, o princípio constitucional da legalidade.

Resumidamente, o edital deixou de exigir os seguintes documentos que são obrigatórios a todas as sociedades empresárias que exploram a atividade de Produção, comércio, armazenamento e transporte de produtos perigosos:

1- Documentações que não foram contempladas no Edital:

a) Licença Ambiental de Operações lei no 6.938/81, decreto estadual no 46890/2019.

b) Licença de operação para transportes de Produtos perigosos: resolução nº 420 ANTT e Decreto Estadual 46890/2019.

c) Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras: lei nº 6.938/8;

d) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (CRQ): RN 270 de 8 de 2018;

e) Anotação da empresa no Conselho Regional de Química: Resolução Normativa nº 122/90 e 254/13 do CRQ;

f) Licença de operação de transporte de produtos perigosos (INEA) lei no 6.938/81, dec. est 44.820/2014;

2- Direito de preferência Micro e pequena empresa.

O edital em epigrafe foi omissso quando não deu a exclusividade dos itens do edital para microempresa e empresa de pequeno porte, aja vista que os itens licitados não ultrapassam R \$ 80000.00 reais (oitenta mil reais). “Lei 14133/2021 Art. 42 ao 48”

Assim, é recomendável que o aludido edital seja analisado pelo Sr. pregoeiro para que se façam as alterações necessárias, conforme aqui indicado.

DO PEDIDO

Em razão de todo o exposto, requer que a presente impugnação seja recebida e, no mérito, seja dado provimento para se alterar o edital, publicando-o com as seguintes alterações:

- a) sejam exigidos, em razão do princípio da legalidade, todos os Documentos indicados no item 1 (documentos que não foram contemplados no edital) da presente impugnação.
- b) que a preferência para licitar seja concedida para micro e pequenas empresa.

Rio de Janeiro, 9 /12/ de 2021

Termos. P. deferimento



EDGARD MIGUEL COUTINHO CARDOSO

Sócio Administrador

36.461.952/0001-50

DUC GÁS EQUIPAMENTOS
DE SOLDAS LTDA - EPP
AV. P. DR. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 525
LOTE 3155 CASA I

DOUTOR LAUREANO - CEP.: 25.060-200
DUQUE DE CAXIAS - RJ